



Neamp

MEMORIA E PATRIMÔNIO perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço ¹

Vera Doyle Dodebei*,

Resumo

Este ensaio tem por objetivo levantar problemas relativos à memória e ao patrimônio no mundo digital mais do que responder às incertezas que o tema apresenta. Utilizando o pensamento de Paul Ricoeur sobre a memória individual em Santo Agostinho - ou a tradição do olhar interior, e a memória coletiva em Maurice Halbwachs - ou o olhar exterior, podemos indagar: *o que é a memória da humanidade? Como ela se organiza entre o individual e o coletivo? De que modo a memória se constitui e se apresenta em patrimônio nas redes digitais?*

Palavras-chave:

Memória social; patrimônio digital; ciberespaço; redes digitais

Abstract

This essay aims to raise questions relating to memory and heritage in the digital world rather than answer to the uncertainties presented by this subject. Using Paul Ricoeur's thinking on individual memory in St. Augustine - or the tradition of looking through yourself, and the collective memory in Maurice Halbwachs - or the external (social) look, we can ask: *what is the memory of mankind? How it is organized between the individual and the collective? How memory is constituted and presented as cultural heritage in the digital networks?*

Key-words:

Social memory; digital heritage; cyberspace; digital networks

1 Memória e patrimônio: sobre o campo de pesquisas

Este ensaio tem por objetivo levantar problemas relativos à memória e ao patrimônio no mundo digital mais do que responder às incertezas que o tema apresenta. Utilizando o pensamento de Paul Ricoeur sobre a memória individual em Santo Agostinho - ou a tradição do olhar interior, e a memória coletiva em Maurice Halbwachs - ou o olhar exterior, podemos

¹ Artigo construído a partir de três discussões: I. Coordenação da mesa redonda “O futuro dos museus” realizada no MHN durante o Seminário Internacional (autor, 2010 a) II. Entrevista sobre a memória social no ciberespaço concedida à jornalista Isabela Pimentel e publicada em seu Blog *Hoje em Pauta* (Pimentel, 2010) e III. Palestra realizada na Universidade de Avignon, França sobre o tema da mediação da fotografia e sua valorização como patrimônio (autor, 2010 b)

^{*} Doutora em Comunicação e Cultura, ECO/UFRJ. Professora Associada III da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Bolsista de produtividade do CNPq.



Neamp

indagar: *o que é a memória da humanidade? como ela se organiza entre o individual e o coletivo? de que modo a memória se constitui e se apresenta em patrimônio nas redes de informações digitais?*

Em primeiro lugar, consideramos que não se deve igualar essa idéia de ‘memória de muitos’ ou memórias conjuntas à expressão - *memória social*. Diante da proliferação de termos que significam modos de adjetivar a memória, o mais prudente neste momento é utilizar os adjetivos - individual e coletiva, conforme nos indica Ricoeur ao se perguntar quem seria o sujeito verdadeiro das operações de memória.

Na discussão contemporânea, a pergunta do sujeito verdadeiro das operações de memória tende a dominar a cena. Essa precipitação é encorajada por uma inquietação própria de nosso campo de investigação: importa ao historiador saber qual é seu contraponto, a memória dos protagonistas da ação tomados um a um, ou a das coletividades tomadas em conjunto? (Ricoeur, 2007, p. 105)

Sem a intenção de resolver quem é o sujeito da memória, mas apenas apresentar os discursos sobre ele nos campos da filosofia, da história, da psicologia, da sociologia, Ricoeur afirma que essa questão é polêmica por opor a uma tradição antiga de reflexividade – indivíduo, uma tradição mais recente de objetividade – coletividade. Contudo, afirma o autor, elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos de discursos que se tornaram alheios um ao outro. A expressão “memória social” pode então ser empregada para designar o campo de estudos que investiga as propriedades e os fenômenos que ocorrem com indivíduos ou com grupos sociais nas relações que estabelecem entre os fatos, imagens e acontecimentos vistos do presente em direção ao passado, ou em direção ao futuro.

Em segundo lugar, não podemos tomar a memória da humanidade como um objeto homogêneo e cumulativo de lembranças da humanidade, ao contrário, este *constructo* deve ser apreendido como a ‘trama’, sempre em movimento, formada por várias singularidades: memória de quem, em que lugar, em que época? Se por um lado essas singularidades geram diferenças nos modos de valorizar as lembranças, por outro, elas reforçam determinados valores que criam identidades entre grupos. Surgem desses movimentos memoriais pontos de contato com campo patrimonial. O movimento ou acontecimento é a sucessão de fatos que podem ou não ser valorizados como patrimônio. Existe nessa ação de patrimonialização do



Neamp

acontecimento um forte desejo de memória, pois ao patrimônio cabe o atributo essencial de legado de um valor memorial escolhido para ser doado às gerações futuras.

A pesquisa sobre a memória social está associada, desde a emergência deste campo de saber, com o enfrentamento de questões relacionadas aos grupos e identidades. Neste começo de século XXI, qualquer estudo que se proponha a enveredar no campo tumultuado da memória social há de - em algum momento - mencionar a obra de Maurice Halbwachs². Seja para opor-se a ela ou para reconhecer-se como parte de uma linha investigativa devedora dos estudos inaugurais desenvolvidos pelo sociólogo francês. A obrigatória referência aos estudos desenvolvidos por Halbwachs não significa que haja um consenso sobre a nomenclatura ou interpretações, nem mesmo entre aqueles que se dizem seus herdeiros. Dialogando com a psicologia, sobretudo Freud, e a filosofia, principalmente Bergson, e construindo uma abordagem alicerçada nos pressupostos da sociologia de Durkheim, o pensamento de Maurice Halbwachs constitui um marco na apreensão da memória a partir de um enfoque social. Sua importância situa-se justamente na criação de uma nova ordem de questões relacionadas à memória, que deixava de ser perscrutada unicamente como um atributo individual. Na acepção de Halbwachs, só se pode entender os atos de lembrar e esquecer se percebermos suas associações com o todo social. A memória é coletiva na medida em que seria constituída por imagens e esquemas do passado que estão diretamente associados à coesão dos grupos. Os indivíduos não recordam sozinhos. As lembranças são frutos destes esquemas ou quadros socialmente adquiridos e exercem uma função relevante na dinâmica social (Dantas; Dodebei (a) 2009).

2 Um novo espaço para a memória da humanidade, ou novos *lugares de memória*?

Em relação aos modos como a memória é patrimonializada ou transmitida e tomando-se as tecnologias da comunicação como enfoque e escopo da discussão pode-se indicar que os povos ágrafos constroem suas memórias coletivas, de uma forma virtual, pela herança de seus antepassados, da mesma forma como fazia toda a humanidade antes que fosse desenvolvida a tecnologia da escrita. Um primeiro divisor de processos de criação de memórias coletivas seria então a escrita. Convivemos com essas duas formas de memória, aquelas de caráter

² Sobre esta questão ver: (Halbwachs, 2005. p.11-27).



Neamp

processual próprias da natureza oral da produção de conhecimentos e as memórias auxiliares formadas por registros desses conhecimentos e que podem ser representadas pelo que Pierre Nora denominou de ‘lugares de memória’: arquivos, bibliotecas, museus entre outros.

No mundo digital, essas memórias auxiliares são constituídas por banco de dados, que formariam, assim, as memórias eletrônicas (Sayão, 1996). Da mesma forma que ocorre com a nossa memória individual que se organiza por imagens ligadas a lugares como nos indicou Santo Agostinho através da metáfora dos “vastos palácios da memória”, a memória no mundo digital está mais próxima do mundo da oralidade no que se refere à virtualidade e à atualidade. Os bancos de dados estão sempre prontos, quer dizer, estruturados de forma relacional onde cada dado se encontra em um local específico ou endereço próprio, de modo a trazer à superfície – organizar e apresentar uma informação – a partir de um “desejo de memória” construído pelo interessado no tempo presente.

Quando estou neste palácio, convoco as lembranças para que se apresentem todas as que desejo. Algumas surgem na hora; algumas se fazem buscar por bastante tempo e como que arrancar de depósitos mais secretos; algumas chegam em bandos que se precipitam; e, embora seja outra que pedimos e procuramos, elas pulam na frente como a dizer: “Talvez sejamos nós? E a mão do meu coração as rechaça do rosto de minha memória, até que surja da escuridão a que desejo e que avance sob meus olhos ao sair de seu esconderijo. Outras lembranças se colocam diante de mim, sem dificuldade, em filas organizadas, segundo a ordem de chamada; as que surgem primeiro desaparecem diante das seguintes e, ao desaparecerem, ficam em reserva, prontas para surgir quando assim eu desejar. Eis plenamente o que ocorre quando conto algo de memória (Agostinho [Santo]. Confissões, apud Ricoeur, 2007, p. 109).

Paradoxalmente, o mundo digital, o ciberespaço ou a internet é constituído de narrativas visuais (aí compreendida a escrita) como tecnologia de ingresso e de acesso aos bancos de dados. E se no mundo oral não há possibilidade de formação de memórias auxiliares fixadas em outros suportes porque não existem tais registros fora do pensamento humano, o mesmo não se pode dizer das sociedades da escrita (alfabética) e da sociedade digital (numérica). O suporte digital implica em uma dinâmica compatível com fluidez dos objetos produzidos exclusivamente para a internet e, ao mesmo tempo, parece oferecer uma possibilidade de arquivamento imensa se levarmos em conta as limitações de espaço físico do papel. Os estudos sobre a memória social e a construção do patrimônio, na atualidade, têm enfatizado a necessidade de se pensar a partir da encruzilhada de saberes onde se constroem as relações com o passado (Dantas; Dodebei (b) 2009).



Neamp

Portanto, a primeira questão que se deve propor à dinâmica de uma memória coletiva digital é de outra natureza; esta se refere ao equilíbrio entre proteger e disseminar informações no âmbito da preservação da memória coletiva, tal qual a nossa memória individual que é constituída de lembranças e de esquecimentos. Esquecemos para podermos lembrar. Reorganizamos deste modo nossa inserção na memória coletiva e, como pode parecer a princípio que anulamos nossa individualidade ao nos mesclarmos no coletivo, pode-se pensar também que não necessariamente haja dissolução de identidades na sociedade digital, mas que, certamente, ocorra uma mudança no processo de subjetivação; surgem novas configurações entre o público e o privado, entre velocidades de interações e produção de informações, entre apropriação e uso de narrativas e, neste caso, podemos supor que o espaço virtual pode ser um 'lugar' de memória.

Mas, o que devemos guardar, ou proteger? Quem decide a parcela do conhecimento em circulação na internet que deve ser preservada por proteção quanto à perda ou destruição? Alguns exemplos podem ilustrar o tema como a constituição do *Internet Archive*³ que pretende armazenar todas as informações digitais, mas não o faz. No entanto, vemos ainda poucas discussões sobre o papel das instituições na seleção de objetos digitais considerados de qualidade para pertencer à 'memória da humanidade'. A partir da década de 90 do séc. XX assistimos ao desejo desenfreado de digitalização de documentos com o surgimento de bibliotecas e arquivos digitais. A ordem é digitalizar! Mas quem vai proteger esses objetos digitalizados? Que garantias de leitura e reprodutibilidade os arquivos digitais propõem à sociedade? E se esses ainda conservam seus duplos em outras mídias como o papel ou o microfilme, o que dizer dos objetos nascidos digitais? Os jornais, por exemplo, que sempre foram uma fonte riquíssima de informação estão deixando de circular em papel para serem produzidos apenas eletronicamente. Que chances teremos de efetuar pesquisas nesses arquivos digitais?

Com relação aos agentes eletrônicos de busca, caso da Google, por exemplo, não há, nos parece, uma preocupação com a proteção e com a qualidade, existe apenas a proposta de localizar com velocidade a informação pertinente à demanda; o que, a propósito, eles fazem muito bem. Seria, no entanto, prematuro pensar que podemos igualar a memória eletrônica à

³ <http://www.archive.org>



Neamp

memória humana, embora a princípio ambas operem com critérios de seleção, seja do dado que constitui os bancos ou bases eletrônicas, seja das lembranças que formam nossa memória. Mais prudente, neste momento, é apenas integrar a internet aos lugares de memória de Pierre Nora.

3 Redes de memória, tramas de lembranças, nós de informação

Temos que reconhecer que o mundo não foi exatamente como é hoje e que as instituições mudaram ao longo da vida social. As redes sociais na internet são tão reais quanto as relações não intermediadas pela máquina. A sociedade em rede digital é ainda muito recente para uma avaliação, do ponto de vista histórico, sobre a mudança na tradição e na configuração de posições políticas, éticas. Podemos, pelo menos, pensar que aumentamos nosso grau de pertencimento, quando passamos a compartilhar espaços com grupos mais focados em temas do cotidiano como, por exemplo, assinar uma lista solicitando ao presidente Lula para ele não desistir até que a iraniana Sakineh Ashtiane seja salva. Outro exemplo para o reforço de identidades proporcionado pelas redes sociais digitais é o movimento que vem sendo construído por comunidades indígenas a respeito da reivindicação de direitos sobre a terra, sobre as línguas, sobre a arte. Uma simples consulta ao Blog ‘Arco Digital’⁴ nos dá uma dimensão de como os índios estão aproveitando as tecnologias da informação e comunicação digitais (ticds) para proteger suas identidades plurais. A tradição, como o conceito indica, se mantém, com adaptações, enquanto as ações forem úteis a uma cultura; de modo oposto, o congelamento dos modos de agir não garante a perpetuação desses saberes. Quadros sociais são, assim, espaciotemporais, como aquele desenhado por Maurice Halbwachs nas primeiras décadas do séc. XX e que nos fez pensar a memória coletiva para além da memória individual. Caminhamos daí para a pluralidade de culturas ou multiculturalismo, o que vem nos colocando em contato com outras tradições e com a criação de novas identidades.

Falci (2010), em artigo sobre a memória coletiva em ambiente online, parte do pressuposto que essas memórias são utópicas e ucrônicas e que o ambiente online se conecta de tal modo aos acontecimentos que acabam por produzir cruzamentos interculturais e inauguram outros espaços de fronteira e de contato, ao mesmo tempo diferenciados e interrelacionados às

⁴ www.indiosonline.org.br/



Neamp

fronteiras dos ambientes não mediados por computador. O autor usa como campo empírico para sua tese o projeto *megafone.net* que tem por objetivo dar voz ampliada a indivíduos ou grupos ameaçados de exclusão social com a comunicação de suas narrativas em tempo real nas redes sociotécnicas. A experiência na América Latina demonstrou que as memórias depositadas na rede são memórias não terminadas, ou memórias em contínuo processo de produção. Encontramo-nos na atualidade entre a narrativa e a informação ou, como diz Falci um híbrido construído por grupos que existem em função da comunicação em ambiente online. Provocando Walter Benjamin (1994) poderíamos falar em *infonarrativas* ou *narrativas informacionais* como discute Ribeiro (2000) sobre o binômio cinema e informação.

Outra questão que desponta neste novo lugar de memória – a rede eletrônica – refere-se ao par acumulação/seleção. Haveria sentido em acumular memórias em construção e protegê-las em um ambiente que se encontra em permanente transformação?

Na obra “Não contem com o fim do livro”, uma conversa entre Umberto Eco e Jean Claude Carrière, mediada pelo jornalista Jean-Philippe de Tonnac sobre a escrita, os suportes, a internet (Carrière, 2009), tanto Eco quanto Carrière, bibliófilos que passaram a vida selecionando o que deveria compor suas bibliotecas de raridades, defendem a convivência entre as tecnologias do conhecimento, ou da memória. Tanto o escritor quanto o roteirista de cinema consideram que a internet quando dissemina uma informação impede seu desaparecimento, como fez a imprensa com relação ao manuscrito. Uma parte do conhecimento será então preservada por disseminação, tal qual um vírus ‘do bem’. Mas, corre-se o risco de não ter protegida aquela parte do conhecimento reconhecida por alguém como de fundamental importância para a memória coletiva.

Coleções inteiras de livros, pinturas, filmes, histórias em quadrinhos, objetos de arte foram assim açambarcadas pela mão do inquisidor, ou desapareceram nas chamas, ou se perderam por simples negligência. Era a melhor parte do imenso legado dos séculos precedentes? Era a pior? Nesse domínio da expressão criadora, recolhemos as pepitas ou a lama? Ainda lemos Eurípedes, Sófocles, Ésquilo, que vemos como os três grandes poetas gregos. Mas quando Aristóteles, na Poética, sua obra dedicada à tragédia, cita os nomes de seus mais ilustrados representantes, não menciona nenhum desses três nomes. O que perdemos era melhor, mais representativo do teatro grego do que o que conservamos? Quem agora irá nos tirar essa dúvida? (Tonnac, 2009)

O modelo de construção do conhecimento no campo da ciência moderna, que opera uma rede de informações tecidas por nós representados por avanços científicos, ou revoluções, no



Neamp

entender de Kuhn (2001), considera concomitantemente a proteção de seus achados e sua disseminação pelos canais formais e informais garantidos pela autoria/autoridade. As normas da escrita científica exigem a rigorosa citação de fontes consultadas, uma vez que o conhecimento é compreendido como uma tensão entre saber e ignorância, criando assim um rastro de memória reproduzível; e, ao mesmo tempo, a norma científica obriga que a comunicação da ciência seja veiculada em mídias que garantam a visibilidade, crítica e apropriação de idéias para a construção de novo conhecimento. Esse modelo da ciência, embora ainda em vigor nas sociedades, tende a se enfraquecer como modelo de proteção e ao mesmo tempo de disseminação da informação. Se considerarmos que os novos espaços comunicacionais na época contemporânea pautam-se na velocidade das trocas informacionais no ciberespaço, devemos admitir que o volume de rastros de memória irá diminuir. Um exemplo para essa fragilidade de rastros é a fonte ou endereço do banco de dados no qual a informação está depositada. Sabemos que ainda não há garantias de salvaguardar todas as informações lançadas na rede. Entretanto, se nos falha a autoridade, a autoria nos leva a descobrir outras fontes, numa sequência infinda de rastros das ‘memórias em construção’ depositadas na rede.

4 Documento, patrimônio e a dissolução das fontes na internet

O estudo da memória social, conforme Le Goff (2003, p. 422), é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Os tempos da memória, para Le Goff, são marcados também pela transição entre a oralidade e a escrita e ele a periodiza em cinco segmentos: a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”⁵; o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da pré-história à antiguidade; a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; e, os desenvolvimentos atuais da memória. Para esse último período, o da memória no último século, Le Goff se inspira no que Leroi-Gourhan (apud LeGoff, 2003, p. 463) denominou de “memória em expansão”. No entanto, ele não discute essa memória em expansão e apenas aponta que: os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória, e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular. Segundo o autor, a tensão entre

⁵ Menção ao que Jack Godoy chama de “a domesticação do pensamento selvagem”. Cf. autor, 2003)



Neamp

oralidade e escrita conduz os estudos históricos sobre a sociedade, e o aparecimento da escrita na sociedade é o que vai transformar profundamente a memória coletiva do mundo oral.

Le Goff considera que a escrita permite à memória coletiva duas formas de memória: a comemoração, quer dizer, a celebração de um acontecimento memorável através de um monumento comemorativo, uma inscrição de memória, um monumento; a segunda forma de memória ligada à escrita seria o documento. No documento, a escrita teria duas funções principais: o armazenamento das informações, que permite a comunicação no tempo e no espaço e fornece um processo de marcação, memorização e registro; a outra função diz respeito à possibilidade de reexaminar, reordenar, retificar esses registros, já que a escrita representa a mudança da esfera auditiva para a visual. (LeGoff, 2003, p. 427)

A história sempre se valeu das narrativas como fontes primárias. Quando o campo da história, vista como ciência, se consolida no séc. XIX, tendo o relato escrito como documento de prova, os arquivos ganham o estatuto de memória da humanidade. É natural que na passagem ao séc. XXI com o processo de digitalização dos documentos e, principalmente, com a criação dos objetos nascidos digitais, a preocupação com a preservação dessas fontes aumente, gerando o que muitos autores denominaram “abusos da memória”, “musealização”, “boom de memórias”. Com a internet, a natureza das fontes e dos arquivos é alterada, não só no que se refere à escrita como, principalmente, ao modo como são produzidas, organizadas e disseminadas as narrativas em websites, blogs, twitts.

Roger Chartier (1999, p. 20) afirma que “quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhe uma nova forma de inscrição”. Sem dúvida, o registro digital é uma nova forma de inscrição do passado que constitui-se em uma mescla de continuidades e rupturas com os sistemas de registros anteriores. A palavra escrita é o elemento de fundamental continuidade, porém ela esta imersa em um conjunto de imagens e possibilidades hipertextuais que aderem novas camadas de sentidos (Dantas; Dodebei (b) 2010, p. 26). A lógica dos bancos de dados tão familiar às bibliotecas a partir da segunda metade do séc. XX passa a sustentar hoje a estrutura da informação na web e, sobre esse tema, estamos apenas iniciando no campo da pesquisa.



Neamp

A vida social dos objetos representada por seu trânsito em diversos setores e instituições, bem como as funções, valores, sentidos e significados que adquirem poderiam então nos indicar que se ao objeto pode-se atribuir valores de natureza documental ou patrimonial, da mesma forma os objetos podem perder esses valores quando a circunstância de sua relação com o meio social muda. Nesse sentido, cabe supor duas ações: patrimonialização e despatrimonialização. Partimos da tese de que proteger o patrimônio é proteger os valores patrimoniais atribuídos a objetos produzidos pela sociedade e concordamos com Jean Davallon (2006, p. 18) quando ele diz que não há objetos nascidos patrimônio. Utilizamos, por vezes, a expressão ‘patrimônio nascido digital’ (*born digital heritage*). Na verdade, estamos nos referindo aos objetos nascidos ou produzidos em meio digital e valorizados como patrimônio.

Comme je ne croyais que des objets pouvaient être objets de patrimoine par nature (pas plus hier qu’aujourd’hui), je me suis tourné vers la façon dont leur relation a leur univers d’origine était socialement construite. Ou, s’il on veut, dont le statut de l’objet de patrimoine était produit à travers un certain nombre de procédures de patrimonialization qui en faisaient un opérateur symbolique.

Davallon dedica um capítulo de seu livro à análise que Alois Riegel (2005) faz dos valores simbólicos dos documentos, principalmente, a relação existente entre os valores de antiguidade e os históricos. Seu discurso é pautado pela abordagem comunicacional na condução do processo de patrimonialização dos objetos, em detrimento ao ponto de vista histórico e linear de Riegel. Os objetos valorizados patrimônio guardam um vínculo semiótico com seus significados de origem; vínculo este de natureza constitutivamente indiciária e não icônica (representação) ou simbólica (convenção) o que indica, sem ambigüidades, que estes objetos possuem uma operabilidade relativa ao sentido de sua criação. Temos que aceitar, portanto, que o processo de patrimonialização se dá no presente tal como acontece com o processamento da memória.

Esse processo confere ao objeto o dom do patrimônio e, nesse sentido opera uma “filiation inversée” que considera a instauração de uma relação com o outro (no tempo e no espaço), mediada por um objeto. A atribuição dos valores de memória e patrimônio vai depender do olhar do sujeito, e não de uma divisão temporal – passado, presente e futuro. A patrimonialização pode então ser definida como a fusão de diversos procedimentos que, ao formar um dispositivo social e simbólico, opera a “filiação inversa”. Essa mediação, que



Neamp

ocorre no presente, garante também que o valor patrimonial seja circunstancial à essa ação. (Davallon, 2006, p. 26, 27).

A cultura do acúmulo nasce com a tecnologia da escrita e a cultura da memória é intensificada nos séculos XIX e XX como conclui Le Goff (2003, p. 465) ao afirmar que *as convulsões que se vão conhecer no século XX foram, parece, preparadas pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura*. Dos estudos de Henri Bérson e Freud à obra de Proust que toma a noção de imagem na encruzilhada da memória e da percepção, a memória começa a assumir no início do século XXI os contornos de uma memória “pura” em progresso. Mas o que seria exatamente a memória pura?

Em “Matéria e Memória” Bérson (1999) afirma que esta é o registro de todas, absolutamente todas as percepções que um indivíduo realiza. Entretanto, como esta memória deve ser atualizada – para virar então uma lembrança, de acordo com o presente – há imagens que nunca serão iluminadas, ou seja, permanecerão obscuras. Bergson argumenta que serão estas imagens que irão compor os sonhos, e sobre sua aparente falta de ordem, ele explica que ao serem retomadas espontaneamente e não como uma resposta consciente, elas irão figurar segundo a ordem que foram armazenadas. Nesse sentido, a memória pura se torna uma espécie de local de armazenamento total que fornecerá as imagens para que a memória hábito se atualize. A idéia de *memória pura* parece bastante interessante e potencial para compreender, no mundo digital, os bancos de dados de que dispomos atualmente, onde a informação está dada, devidamente armazenada, esperando uma atualização que promova sua recuperação (Dodebei: Gouveia, 2008)

Com base na periodização da memória feita por Le Goff, podemos afirmar que a relação entre os conceitos de memória e de patrimônio deve levar em conta três atributos: herança, considerando o tempo mítico da memória; documento, representando a era, pólo ou tecnologia da escrita; e, informação, em que a memória social e o ambiente virtual são representados na era da lógica paradoxal, que se inicia com a videografia, holografia, infografia (informação digitalizada). É sobre o último, a informação, que retomamos nossa análise sob a perspectiva comunicacional.



Neamp

Com efeito, é no âmbito desse processo de patrimonialização do presente que se estabeleceu a categoria de objeto intangível ou imaterial, distinta do patrimônio material. Se por um lado, essa separação demonstra a importância do contexto de criação do patrimônio material ao lhe atribuir sentido cultural, por outro lado, a proteção do fazer cultural deve ser considerada como um ato de preservação dos produtos e do ambiente no qual esse fazer se produz, e não como outra categoria de patrimônio. Compreende-se que esta questão surge a partir da preocupação de não apenas salvaguardar os vestígios do passado, como também incluir nesse processo as ações desencadeadas no tempo presente. Os bens de natureza imaterial são classificados na ordem dos saberes, dos fazeres, das comemorações, da tradição oral, quer seja a música, a dança a literatura, a língua. São circunstanciais, vivos e se preservam por tradição. Depreende-se daí que a falta aparente de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia, uma língua sem o falante, é observar uma única face ou natureza do objeto. E mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos para a proteção dos bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial (Dodebei, 2007).

Aqui fica a idéia de que é possível preservar significados, independentemente dos objetos materiais que são sua referência, o que nos leva ao mundo virtual da informação, considerada um veículo numérico de aproximação entre objeto (significante), sujeito (significado), espaço-tempo (contexto). Talvez tenha sido necessário criar o conceito de bem imaterial para que pudéssemos pensar em preservação da memória para além da materialidade.

As políticas patrimoniais separam os registros em livros distintos para os bens tangíveis e os intangíveis, mas o processo de representação do bem patrimonial na contemporaneidade é o mesmo, quer dizer, o registro digital transforma o bem, “material ou imaterial”, em informação. A invenção ou a reinvenção do patrimônio imaterial, a partir da mudança da tecnologia da escrita para a tecnologia da informática mediática, nos aproxima do pólo da oralidade mítica; e aproxima também a narrativa da informação.

5 Considerações finais



Neamp

Recuperando nossas questões iniciais, as contribuições que elas trazem para a sociedade contemporânea, especificamente em relação à produção do conhecimento, de memórias e à atribuição de valores patrimoniais aos objetos estão diretamente ligadas aos processos de comunicação vigentes nas redes eletrônicas. O fenômeno das redes sociotécnicas vem demonstrando que a internet não é simplesmente um meio para que a comunicação se processe, mas é em si mesma comunicação. Não há como separar o dado do seu processamento, já que o regime dos bancos de dados opera uma memória em constante construção.

A memória da humanidade é, assim, processual, em trânsito e inconclusa. Quer se pense na construção individual da memória, ou no seu compartilhamento social, não há possibilidade de formação memorial cumulativa, totalitária. Embora Bergson nos apresente uma memória pura, como a reunião potencial de todas as possíveis lembranças que podem ser evocadas das sombras, e Santo Agostinho delineie metaforicamente um palácio construído por cômodos, prateleiras e escaninhos que nos ajudam a selecionar as lembranças desejadas, as escolhas serão sempre circunstanciais e aderidas ao tempo presente. A separação entre indivíduo e sociedade já não ganha espaço na era da comunicação processada pela rede, e parece-nos que não há, neste momento, sentido em provar essas diferenças.

Quanto aos valores documentais ou patrimoniais, assim como às fontes marcadas pela autoria/autoridade, vemos a sociedade correr em direção à preservação de tudo que possa escapar à dissolução na rede processual. O que guardar? Como fazê-lo? Não temos ainda estas respostas. Os arquivos virtuais localizam a informação de qualquer ponto do planeta, bastando ter uma via de acesso provida de energia elétrica. As noções de tempo e espaço se fundem e nossas memórias auxiliares, tão caras ao nosso conforto intelectual cumulativo deixam de fazer sentido. A cultura digital da qual somos produto e efeito nos priva dos objetos e nos coloca diante de discursos, inseparáveis da tecnologia.

Como afirmou McLuhan
...o meio é a mensagem.

Referências

CARRIÈRE, Jean Claude; ECO, Umberto. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro, Record, 2010.



Neamp

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial, 1999.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, Volume 1)

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DANTAS, Camila Guimarães; DODEBEI, Vera (a). Memórias anônimas: buscando trilhas conceituais para investigar algumas interfaces do passado na web. In: *VI Congreso de la CiberSociedad 2009: crisis analógica, futuro digital 12 a 22 de Novembro de 2009, 2009, ciberespaço*. VI Congreso de la CiberSociedad 2009: crisis analógica, futuro digital 12 a 22 de Novembro de 2009. Madrid (sede física): Observatorio para la ciberSociedad, 2009. v. 1. p. 1-15.

DANTAS, Camila Guimarães ; DODEBEI, Vera (b). Passado e presente nos registros digitais. In: QUEIROZ, A. C. ; OLIVEIRA, A. J. B (orgs.). *Universidade e lugares de memória II*. Rio de Janeiro : Universidade federal do Rio de Janeiro/Forum de Ciência e Cultura/Sistema de Bibliotecas e Informação., 2009.

DAVALLON, Jean. *Le don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Paris: Lavoisier, 2006.

DODEBEI, Vera. Museu e memória virtual. In: José Neves Bittencourt; Marcus Granato; Sarah Fassa Benchetrit. (Org.). *Museus, ciência e tecnologia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007, v. 1, p. 71-80.

DODEBEI, Vera ; GOUVEIA, I. C. Contribuições das teorias da memória para o estudo do patrimônio na web. In: FUGITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, Regina M.; LARA, Marilda G. de. (Org.). *A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação*. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, v. 1, p. 87-102.

FALCI, Carlos Henrique Rezende. Memórias culturais em construção: novas formas de memória em ambientes online. *Revista Extraprensa*. São Paulo: USP/Centro de Estudos Latino-Americanos sobre cultura e Comunicação. v. 1, n.1E (4), 2010. Disponível em: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/viewArticle/s-gt3-2>

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: Gondar, Jô e Dodebei, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro; Contracapa/PPGMS, 2005. p.11-27.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.



Neamp

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 1-78, dez., 1993.

PIMENTEL, Isabela, DODEBEI, Vera. Na parede da memória, quadros digitais? Entrevista concedida à jornalista Isabela Pimentel. Segunda-feira, 9 de agosto de 2010. Disponível em: <http://hojeempauta1.blogspot.com/2010/08/na-parede-da-memoria-quadros-digitais.html>

RIBEIRO, Leila Beatriz. Narrativas informacionais: construção de um modelo de análise e interpretação de textos fílmicos. 2000. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) Rio de Janeiro: UFRJ/ECO-IBICT/Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. RIEGEL, Alois. O culto moderno dos monumentos. Goiânia: UCG, 2005.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007.

SAYÃO, Luis Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 25, n. 3, 1996.

TONNAC, Jean-Philippe de. Prefácio. In : CARRIÈRE, Jean Claude; ECO, Umberto. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro, Record, 2010.p. 10-11.